A REVOLUÇÃO DE ABRIL E O SINDICALISMO DOS PROFESSORES EM PORTUGAL*

Stephen R. Stoer**

A década de setenta foi marcada por uma considerável mobilização na educação em Portugal ([1]). Nos meados desta década foram criadas as primeiras organizações de carácter sindical para professores do ensino oficial, depois do encerramento em 1933 de todas as associações de funcionários públicos, incluindo as dos professores. Enquadrar a discussão das organizações sindicais dos professores durante e após o período revolucionário (1974-75), implica que se comece este artigo com uma breve menção ao aparecimento das organizações dos professores no ínicio do século XX. Importa ainda fazer uma breve caracterização do ensino sob o regime autoritário salazarista, o mesmo regime que aboliu todas as organizações dos professores ligadas ao sistema oficial de ensino. Finalmente, analisaremos o reaparecimento da organização dos professores, primeiro como resistência ao regime salazarista e depois como actividade sindical reconhecida, e de facto enaltecida, depois da revolução de Abril de 1974. Desnecessário seria afirmar que a orientação actual dos sindicatos de professores em Portugal, as suas concepções de luta e sobre o papel do professor, os seus objectivos e as suas relações com os governos mais recentes, estão intimamente relacionados com os efeitos da revolução de 1974 e com a reacção das organizações dos professores contra as orientações extremamente pesadas advindas da ditadura salazarista.

Podem talvez distinguir-se três componentes destes efeitos e desta reacção: em primeiro lugar, as estratégias particulares adop-

* Este artigo foi publicado originalmente no Capítulo 2 de *Politics of Teachers Unionism*, Martin Lawin (coord.), Londres, Croom Helm, 1985. Apenas se introduziram pequenas alterações nesta versão portuguesa.

** Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (I.S.C.T.E.)

tadas pelos professores como resultado (principalmente) da intervenção do Estado salazarista; em segundo lugar, a actividade explosiva do período revolucionário, que proporcionou a formação das primeiras organizações de professores desde os anos trinta; e em terceiro lugar, as estratégias adoptadas pelos professores e pelas suas recém-formadas organizações para enfrentar o período de "normalização" que se seguiu à revolução. E através da primeira e da terceira componentes que o profissionalismo, como uma estratégia dos professores, surge pela primeira vez em Portugal: inicialmente como uma estratégia dos professores para legitimar a sua luta contra o Salazarismo (numa conjuntura particular, quando uma reforma educacional "democrática" foi proposta dentro das balizas dum regime não-democrático), e ainda como uma estratégia dos professores para resistir ao incremento do controlo estatal que visava restringir quer a autonomia na escola quer na sala de aula, uma e outra ganhas durante o período revolucionário (2).

A primeira organização de professores portugueses surgiu em finais do século XIX, designada como *Associação de Socorros Mútuos dos Professores do Ensino Primário*. De acordo com o historiador do movimento sindical, Gomes Bento, a inspiração subjacente ao movimento dos professores do ensino primário em finais do século XIX foi republicana na sua natureza e, como resultado, baseada na crença de que a escola tem capacidade por si própria para transformar a sociedade portuguesa:

> "O pensamento político de oitocentos é um pedagogismo que faz da escola a trave do progresso económico harmonioso inseparável da formação cívica que tornaria o cidadão cada vez mais actuante e responsável pelas coisas públicas. O professor era esse demiurgo da demopedia, o sacerdote da democracia" (3).

Nos primeiros anos do século XX, os professores do ensino primário expressaram, através da sua imprensa (4), posições que revelavam o começo da transformação deste num dos sectores mais decisivos da pequena burguesia radical. Apoiavam vigorosamente a plataforma ideológica do republicanismo no tocante ao sector educacional: liberdade de pensamento, laicismo e anti-jesuitismo. Com o nascimento da Primeira República, tentou-se uma reforma importante do ensino primário. Os principais objectivos das reformas de 1911 eram a descentralização do ensino primário, a extensão deste ao campo, a expansão generalizada de todos os sectores da educação e o aumento dos salários dos professores (os quais, enquanto força capaz de conseguir uma mudança social, substituindo ou pelo menos rivalizando com a tradicional liderança do padre local nas aldeias, eram agentes centrais na política educacional da República) (5). Todavia, na década seguinte ainda não haviam sido instituídas, pela República, as reformas de 1911. Este facto contribuiu, em boa medida, para a radicalização de importantes sectores de professores do ensino primário:

"É este condicionalismo histórico, por um lado a força do movimento operário e por outro a não resolução dos problemas sócio-profissionais, num tempo de aguda carestia de vida e o fracasso da escola republicana no desenvolvimento da educação popular, que vai conduzir sectores importantes do professorado primário a radicalizarem-se à esquerda e a tentarem encontrar-se com a classe trabalhadora" (6).

Assim, os anos vinte vêem as organizações dos professores cada vez mais ligadas à luta geral dos trabalhadores. Gradualmente, aquilo que é chamado a "ilusão pedagógica do Republicanismo" é substituído pela actividade de natureza sindical (7). Em 1925 a principal organização dos professores agrega 7.000 membros (num total de 9.000 professores). O último congresso de professores do ensino primário antes do período salazarista é realizado no Porto em Agosto de 1926, portanto somente poucos meses depois do golpe militar de 28 de Maio do mesmo ano. Em 1930, com a consolidação do Salazarismo, determina-se que os professores só possam associar-se para fins pedagógicos. Como resposta, os sectores mais activos dissolvem as suas próprias organizações.

O ESTADO NOVO E A REPRESSÃO SOBRE AS ORGANIZAÇÕES DOS PROFESSORES

A Constituição de 1933 do Estado Novo contempla medidas que visam o controlo ideológico dos professores e a sua divisão, bem como a desvalorização do seu estatuto, favorecendo uma estratificação artificial, isolando-os simultaneamente dos outros trabalhadores. Através do Decreto-Lei 22 469 é introduzida a censura. Com a publicação do Decreto-Lei 23 048, artigo 39, de 23 de Setembro de 1933, são proibidas todas as associações de funcionários públicos, facto que assinala o começo de mais de quarenta anos de deserto para qualquer espécie de organização de professores (8). A repressão legislativa no sector da educação atinge o seu auge no ano da reforma Carneiro Pacheco (1936). Além do retrato do chefe de Estado em todas as salas de aula e do crucifixo sobre as secretárias de todos os professores, todos os currículos escolares são baseados em princípios que conjugam "ideias de Pátria, família, e amor à terra natal" (9). A reforma Carneiro Pacheco encerra também as Escolas do Magistério Primário, sob o pretexto de que um plano de estudos para professores do ensino primário centrado em "objectivos pedagógicos", é um desperdício de tempo, dinheiro e inteligência. Exige ainda de todos os professores a assinatura de uma declaração anti-comunista e contra "outras ideias subversivas" (10). Em 1942 as Escolas

do Magistério Primário são reabertas, mas o curso é reduzido de três para dois anos. Entretanto, os regentes escolares, que são "professores" que possuem como habilitações apenas a escolaridade primária, são chamados para preencher lugares de professores diplomados, garantindo assim uma oferta barata ([11]). Os currículos dos professores das Escolas do Magistério Primário são aprovados em Fevereiro de 1942, vigorando, de facto, até Outubro de 1974.

As vidas particulares dos professores também são atingidas. A reforma de Carneiro Pacheco não só impede, isto é, proíbe, as professoras do ensino primário de se maquilharem ([12]), mas também exige que peçam autorização ao Ministério para casar, sendo esta permissão apenas deferida mediante determinadas condições, nomeadamente: quando "o potencial esposo" tivesse "um bom comportamento moral e civil" e "provasse dispôr de meios de subsistência - comprovados por documentos apropriados - consentâneos com o vencimento de uma professora" ([13]). Estas medidas e outras idênticas levaram a socióloga Filomena Mónica a salientar:

> "Para o Estado Novo, a professora ideal não devia exprimir as suas ideias, fazer críticas, evidenciar os seus encantos físicos e, se possível, perder a sua virgindade" ([14]).

Mónica argumenta também que o grande número de mulheres professoras, particularmente no sector do ensino primário, explica em larga medida a quase súbita transformação do professor enquanto "missionário da democracia" durante a República, para o professor enquanto "modelador de almas", papel que lhe é atribuído pelo Estado Novo. Da posição como "agente de transformação" e "missionário da modernidade", o professor passou rapidamente para uma posição de "seguidor cego da tradição" e "missionário da anti-modernidade". Como foi possível uma transformação tão rápida ([15])? Em primeiro lugar, não há dúvida que, já anteriormente ao Estado Novo, reinava entre os professores um desencanto generalizado para com a 1ª República ([16]). As expectativas dos professores frustram-se como resultado da incapacidade comprovada da República para se sobrepor à sua retórica. Mónica acrescenta que com o grande número de mulheres na profissão, dentro da qual constituem a maioria (67%), "quase se obliterou a função do professor como guia da opinião nas comunidades de província"([17]). As mulheres eram consideradas como professores ideais pelo Salazarismo, porque eram "dóceis, baratas e politicamente conservadoras, bem como religiosas" ([18]).

Na segunda metade dos anos quarenta, a natureza das pressões exercidas sobre o sistema de ensino português começa a alterar-se, provocando mudanças nos contributos do sistema de educação no que diz respeito à manutenção da ordem social e ao suporte do desenvolvimento económico. Gradualmente, a crescente natureza competitiva da sociedade portuguesa, em particular no domínio económico, mas também noutras áreas influenciadas pelo contacto in-

ternacional - áreas como a educação e as organizações católicas ([19]) -, aliadas ao maior acesso do público português às notícias nacionais e internacionais - a televisão torna-se corrente em Portugal em meados de 1960 - possibilitam à classe trabalhadora urbana, como ainda à pequena burguesia, encarar a educação não só como uma via para o preenchimento das suas aspirações sociais ([20]), mas também como meio para alcançar expressão no sistema político. Paulatinamente, torna-se evidente uma nova ênfase na planificação e na política educativas orientadas para os objectivos económicos. Educação significa, em termos de desenvolvimento nacional, crescimento económico e, cada vez mais, com o advento da mobilização popular - resultante da incapacidade do regime corporativista para captar, organizar e articular as exigências da sociedade civil - igualdade de oportunidades na educação. A Reforma Veiga Simão na educação, no princípio dos anos setenta, conjugou estas noções diferentes mas aparentadas sobre o desenvolvimento nacional ([21]).

Embora o processo de liberalização, iniciado com Marcello Caetano, tenha durado pouco tempo, permitiu o reavivar em certos sectores da classe trabalhadora de um sindicalismo aberto, e deu voz, através da Reforma Veiga Simão, às exigências de um maior acesso à educação. As reformas educativas delineadas pelo governo de Caetano estabelecem como objectivo a "democratização da educação" e eram reformas de longo alcance. Contudo, estas reformas acabaram por ser politicamente neutralizadas e reduzidas a uma sombra do que se propunham inicialmente. De facto, a Reforma Veiga Simão nunca teve verdadeiramente qualquer esperança de implementar **efectivamente** a democracia na educação em Portugal. Por esta razão encontrou, e provocou mesmo, uma considerável oposição. Um dos pontos-chave da oposição à Reforma era um grupo de professores do ensino preparatório e secundário que constituiu, nos últimos anos do regime salazarista,

> "o único movimento pró-associativo organizado e progressista dos professores portugueses, em defesa dos seus interesses e direitos, profissionais e cívicos, e de uma real democratização do ensino e da educação em Portugal" ([22]).

Um estudo da história do Grupo de Estudos revela algumas das contradições que surgem quando se tenta a democratização da escola no contexto duma ditadura política! A sua reivindicação principal, feita nos primeiros anos da década de setenta, era simplesmente de que os professores tivessem o direito de promover reuniões nos estabelecimentos de ensino. A um nível mais geral, pretendiam mobilizar os professores para iniciativas relacionadas com a atitude e a integridade profissionais, com vista a combater aquilo que foi um período longo de desvalorização social da profissão de professor. Acrescendo ainda ao que foi dito acerca da situação dos professores sob o regime de Salazar, deve salientar-se que até 1970 cerca de 80% dos professores das escolas preparatórias e secundárias tinham

contratos provisórios ou não tinham mesmo qualquer contrato. Como resultado, eram pagos durante apenas dez meses do ano, não tinham vencimento durante o período de férias, não tinham garantia de colocação no ano escolar imediato, não tinham direitos a segurança social, a pensões ou à progressão na carreira, estavam sujeitos a despedimentos sem justa causa. Assim, tinham-se tornado, no sector do ensino secundário, aquilo que os regentes escolares eram no ensino primário: mão-de-obra barata para o Ministério Nacional da Educação.

No sexto congresso do ensino liceal, realizado em Aveiro durante o mês de Abril de 1971, o Grupo de Estudos defende a necessidade de criar "legislação que possibilite a reorganização da vida associativa dos professores" (23). Efectivamente, o Grupo de Estudos pretendia testar os limites do regime, para verificar até que ponto estava preparado para concretizar a sua proclamada "batalha" da democratização da educação (24). Já em 1971 defendiam que a democratização incluía a participação em estruturas que são decisivas para a vida escolar. O parágrafo seguinte traduz uma proposta enviada pelo Grupo de Estudos do Norte (25) ao Ministério da Educação Nacional em 29 de Março de 1971:

> "Propõe-se que seja assegurado o direito de participação e decisão de todos os professores na gestão dos estabelecimentos de ensino, nomeadamente no **conselho escolar**, passando a ser atribuição deste conselho a **escolha do director ou reitor**" (26).

Nos primeiros meses de 1974, e depois da ruptura entre os Grupos de Estudo e o Ministério da Educação, tornou-se cada vez mais evidente que "a corda apertava o pescoço dos Grupos de Estudo" (27). A atitude do Ministério Nacional da Educação face aos Grupos de Estudo pode ser resumida no despacho seguinte, aparecido em Fevereiro de 1974 (apenas dois meses antes da revolução de Abril) através da Secretaria de Estado da Instrução:

> "(...) a constituição de uma associação de **classe** de professores, com os objectivos atrás indicados (isto é, 'elevar a consciência deontológica, defender os interesses profissionais, individuais e colectivos dos seus membros') conferir-lhe-ia carácter notoriamente sindical, em flagrante violação dos imperativos constitucional e legal (isto é, o artigo 39 do Estatuto do Trabalho Nacional, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 23 048 de 23 de Setembro de 1933, veda aos funcionários públicos constituirem-se em sindicatos privativos ou inscreverem-se em organismos corporativos)" (28).

A FORMAÇÃO DE UM SINDICATO DE PROFESSORES

A revolução de Abril de 1974, incluindo o golpe de Estado dos capitães e a ampla resposta popular que o acompanhou, torna possível a realização dos objectivos dos Grupos de Estudo anteriormente bloqueados. A reivindicação imediata dos professores, no início do período revolucionário, foi o pagamento de férias para **todos** os professores. Esta reivindicação foi reconhecida pelo Ministério da Educação no meio de grande publicidade. Em Outubro do mesmo ano, iniciavam-se negociações com o III Governo Provisório para obter um ajustamento de letra na escala dos salários da função pública. Estas negociações incluíam também a redução do leque salarial, equiparando os salários dos professores aos dos funcionários públicos com qualificações idênticas e dando prioridade às reivindicações dos professores do ensino primário. Finalmente, depois dos acontecimentos de 11 de Março de 1975, a proposta dos professores foi aceite pelo IV Governo Provisório. Concretiza-se então o maior aumento de salário dos professores, especialmente professores do ensino primário, verificado durante dezenas de anos.

Com a revolução de Abril acontece, durante curto espaço de tempo, a deslocação do poder do Ministro da Educação para as escolas, dos directores das escolas e do corpo docente tradicional para os professores progressistas e para o corpo estudantil. A iniciativa local depois do 25 de Abril, isto é, a iniciativa ao nível da população escolar, orientou os acontecimentos, pelo menos nos primeiros seis meses da revolução e durante muito mais tempo em termos dos efeitos mais duradouros. As escolas foram para todos os efeitos **ocupadas** depois do 25 de Abril - pelos próprios estudantes e pelos professores:

> "(...) e assim se assistiu a (...) 'tomada de poder' da gestão das escolas, substituindo-se os antigos directores por comissões de alunos e professores (...)" ([29]).

E mais,

> "Logo após o golpe militar e quando a torrente revolucionária popular imprimira já uma participação massiva nas coisas portuguesas, a gestão escolar de estruturação fascista caiu redonda e levantou-se alternativamente a espontânea maravilha que foi a gestão democrática dos primeiros tempos" ([30]).

Assim, a energia criativa essencial entre os professores e os estudantes estava, imediatamente depois do 25 de Abril, situada nas escolas. E foi nas escolas que começou o processo de construção dum movimento sindical dos professores.

A 2 de Maio de 1975, em Lisboa, 5.000 professores participaram na eleição de uma comissão instaladora para o sindicato dos professores ([31]). Em centenas de escolas foram realizadas eleições de de-

legados sindicais. Inevitavelmente houve uma continuidade apreciável entre a acção e as reivindicações dos Grupos de Estudo do período de 1971-74 e a formação de um sindicato de professores, depois do golpe de Estado de 25 de Abril. Mais precisamente, tem sido sugerido (Grácio, 1983) que esta continuidade existiu através das seguintes formas: a) em termos dos seus líderes; b) em termos da definição regional da estrutura do sindicato nascente; c) em termos da predominância de professores do ensino preparatório e secundário; d) em termos dos objectivos dos novos líderes do sindicato, isto é, a defesa e a promoção dos interesses profissionais dos professores e a participação na definição e aplicação da política nacional para o ensino; e e) em termos de perspectiva política:

> "Dirigentes e activistas dos GE, na fase declinante do caetanismo, situam-se sem excepção nas fileiras da oposição política ao Regime; alguns estão mesmo ideologicamente próximos ou até vinculados (ou virão a vincular-se após o 25 de Abril) a organizações ou simples correntes políticas de vária inspiração: liberal, socialista, comunista, trotsquista, maoísta, etc. Sendo o PCP a organização política de mais importante e estruturada inserção no mundo do trabalho, antes e logo após o golpe militar, não surpreende verificar que as estruturas sindicais provisórias dos professores apareçam, de maneira geral e num primeiro tempo, hegemonizadas por elementos daquele Partido, ou sob a sua influência" ([32]).

Desde o princípio, contudo, houve uma considerável resistência à concepção da estrutura e luta sindicais perfilhadas pelo Partido Comunista Português. Numa primeira fase (isto é, durante o período revolucionário 1974-75) podem talvez sistematizar-se as tensões que existiam entre as diferentes concepções de projecto político e a expressão entre os agentes da revolução nas escolas, bem como no sistema educativo em geral, através do uso de duas correntes de mobilização com soluções conflituais para a resolução do problema da revolução em Portugal: "alfabetização" e "poder popular". Breines, num trabalho recente ([33]), faz referência à distância entre uma política "estratégica" e uma política "pré-figurativa". Enquanto a última é essencialmente anti-organização, anti-hierárquica e baseada na democracia participativa, a primeira procura construir a organização em ordem a alcançar o poder necessário para provocar mudanças estruturais de ordem política, económica e social. Na terminologia de Breines, a "alfabetização" emprega uma concepção estratégica de política, enquanto o "poder popular" coloca como principal acção condenar a natureza classista da escola "capitalista", num Portugal capitalista, e a sua substituição através da criação imediata da escola socialista (a escola tornar-se-ia, assim, uma contra-instituição assente na democracia participativa e directa). "Alfabetização" tomava como prioridade imediata a expansão da escola a toda a comunidade portuguesa. Entretanto, procuraria construir o poder revolucionário central eventualmente capaz de orientar a escola como um apoio para a construção da sociedade socialista.

Mais adiante, voltaremos a analisar mais pormenorizadamente

a estrutura actual e o programa da principal organização sindical que ainda invoca os Grupos de Estudo como parte da sua herança. Neste momento, importará esclarecer que, durante o período revolucionário, foram activadas duas estratégias "revolucionárias" de transformação social, correspondentes às correntes de mobilização que anteriormente designámos por "alfabetização" e "poder popular". Ambas as estratégias se expressaram, com diversos graus de apoio, dentro do "motor da revolução", isto é, dentro do "Movimento das Forças Armadas". Uma estratégia pretendia apoderar-se, ou dominar, os aparelhos de Estado, promovendo uma direcção centralizada da revolução, com o MFA actuando como força de vanguarda, na ligação do aparelho de Estado e do governo com o povo. A principal tarefa do poder central seria interpretar e accionar (organizar) as reivindicações da sociedade civil, na base de dois critérios fundamentais: integrando no sistema político grupos anteriormente excluídos e mudando a política cultural do país. A outra estratégia baseava-se na noção de movimento social autónomo do Estado, em noções de poder dual, afirmando uma alternativa revolucionária, através de órgãos de "poder popular", de base local. Assim, para esta estratégia, a situação era definida como sendo pré-revolucionária, considerando-se que o MFA, um outro "sítio importante da luta de classes", seria decisivo para o movimento social somente na medida em que conseguiria proteger e promover a ocupação e o controlo local das escolas, fábricas, casas e terras, cuja real concretização seria directamente assegurada pelos próprios elementos do movimento social.

Eventualmente ([34]), opondo-se a ambas as estratégias, encontravam-se os partidos políticos "burgueses" (particularmente o Partido Socialista e o Partido Popular Democrático, mais tarde chamado Partido Social Democrata). Estes partidos contrapunham às reivindicações radicais de "alfabetização" e "poder popular", a reivindicação que visava a institucionalização da democracia representativa pluralista em moldes ocidentais, particularmente depois do forte impulso de legitimação que receberam das eleições constituintes de 15 de Abril de 1975. Efectivamente, apelaram para a dissolução do MFA e o regresso dos soldados e oficiais aos quartéis.

Como resultado das suas preocupações com a luta calculada e organizada, visando conseguir e consolidar novas categorias de poder, a "alfabetização" tornou-se mais efectiva no contexto das actividades centralizadas de mobilização (tais como campanhas de alfabetização e a Campanha de Dinamização Cultural do MFA). "Poder popular", por outro lado, com sua preocupação pela pedagogia da revolução, isto é, com o processo, os meios, a participação e o diálogo da revolução, era a categoria logicamente dominante do movimento espontâneo nas escolas que culminou na criação da gestão democrática das escolas.

Ao nível das escolas, a corrente de "poder popular" sustentava que havia mais que uma via para construir em Portugal um sindicato de professores. Em oposição ao que era designado por "máquina cen-

tralizada", "dependente de numerosos funcionários e que governava os professores através de circulares e negociações com amigos no Ministério da Educação" ([35]), o "poder popular" propunha um sindicato "descentralizado e democrático", cujo poder se concentraria o mais possível nos professores das escolas, assim "privilegiando o lugar de trabalho e dando força ao movimento social dos professores". O modelo proposto pela "alfabetização", afirmava o "poder popular", poderia conduzir à institucionalização de lugares efectivos (não ligados ao trabalho nas escolas) e reduziria os delegados sindicais a meros seguidores das orientações desses líderes permanentes, pondo assim em causa o seu papel de porta-voz das bases (ultrapassando frequentemente os processos regionais). Acrescente-se ainda que este modelo era chamado de "projecto político conciliatório", recusando por isso uma alternativa marcadamente anti-capitalista. A consequência dum tal modelo sindical poderia ser a utilização do sindicato como um adereço de interesses partidários, conduzindo à "arregimentação" dos professores para que eles defendessem outros interesses que não os adoptados democraticamente pelo sindicato dos professores.

Na corrente "alfabetização", por outro lado, considerava-se que a questão crucial era o "divisionismo" ou, pelo contrário, a unidade sindical. A repressão severa sofrida pelos professores sob o Salazarismo criou divisões na classe. Alguns professores tinham tido algum tipo de formação pedagógica, mas a maioria não. Alguns professores tinham lugares efectivos, mas a maioria não. Os professores da escola primária estavam separados dos restantes em resultado dum controlo ideológico estreito sobre as suas salas e, na verdade, como vimos, mesmo sobre a sua vida privada. Para além disso, os professores queixavam-se que o público desconhecia as suas precárias condições de trabalho ([36]). A "alfabetização" reagiu também energicamente contra aquilo que chamava de "tácticas divisionistas" do "poder popular".

À data da revolução existia já um acordo implícito entre as organizações sindicais (que permaneciam embora em situações de semi-clandestinidade), acordo esse posteriormente apoiado por aqueles que iniciaram a construção do sindicato de professores. Esse acordo defendia que as divisões dentro do movimento deveriam ser energicamente combatidas (a somar ao "pesadelo" da experiência da 1ª República e à oposição conceptual face à política "espontaneísta" do "poder popular", o espectro dum súbito regresso ao "fascismo" assombrava o movimento, e a derrota da Unidade Popular de Salvador Allende no Chile, verificada um ano antes da revolução em Portugal, confirmava tais receios). Os sindicatos reclamavam a construção de uma única confederação sindical (e dentro do sector da educação, a construção de um "sindicato para todos os professores") que poderia agregar-se à confederação "Intersindical" já existente. A Intersindical surgiu em 1970, no auge das tentativas de Marcello Caetano para "liberalizar" a ditadura salazarista:

"E em 28 de Setembro de 1970 que representantes das direcções de quatro sindicatos de Lisboa (metalúrgicos, lanifícios, bancários e caixeiros) se reúnem e decidem (...) convocar outros sindicatos para uma reunião conjunta, que se viria a realizar em 11 de Outubro com representantes de 13 sindicatos. A data do ofício, primeiro acto público e aberto de acção coordenada dos sindicatos, é considerada a data da fundação da Intersindical" (37).

Durante os primeiros nove meses da revolução existiu uma aparente unidade entre o Partido Socialista, o Partido Comunista e o Movimento das Forças Armadas (tornando possível o mínimo de coerência necessária para a prática política ao nível governamental). Com o aprofundamento da dinâmica da revolução, esta aparente unidade sofria o incremento das tensões. Quebrou-se finalmente durante Janeiro de 1975. Atingiu-se o ponto de ruptura como resultado da aprovação pelo Governo Provisório (apesar da oposição do Partido Socialista) da lei da "unicidade sindical". Em consequência, o Partido Socialista acusou publicamente o Partido Comunista, pela primeira vez desde 25 de Abril de 1974, de ser anti-democrático e de actuar contra o programa do M.F.A.. Igualmente acusou o M.F.A. de ser influenciado em demasia pelo Partido Comunista.

A "unicidade sindical" era, para o Partido Comunista em particular e também para grande parte do M.F.A. (empenhado na defesa da organização de todos os trabalhadores como um grupo, para que pudessem defender, eles próprios, os seus interesses numa fase de desmantelamento da ditadura), a solução lógica para a unidade sindical, no clima dum Portugal revolucionário. Significava isso a extensão da Intersindical a uma única confederação sindical geral possibilitando apenas um sindicato por ramo ou por categoria profissional. De acordo com o *Boletim* do M.F.A., a "unicidade sindical" reconhecia:

"(...) a vontade livremente expressa pelos trabalhadores (...) [que] permite o exercício da actividade sindical no interior das empresas, possibilitando a existência de Delegados Sindicais, a propaganda sindical e a efectivação de reuniões dentro das empresas. A Lei (...) proíbe a ingerência dos patrões e do Estado na vida sindical (...). (...) a Lei não permite e existência de mais que um sindicato por cada sector de actividade ou categoria profissional com o mesmo âmbito geográfico. Isto é, a Lei não permite sindicatos paralelos" (38).

O mesmo *Boletim* perguntava (de forma algo retórica),"será que esta lei é limitadora da liberdade dos sindicatos?" e "não será um tal argumento antes a capa com que se recobrem interesses partidários ou patronais que gostariam de controlar os Sindicatos (...)?"(39). Mais tarde Álvaro Cunhal chamou a esta lei "uma importante vitória dos trabalhadores e a concretização da liberdade sindical nas condições específicas existentes à data no nosso país" (40).

Para o Partido Socialista, o problema era que uma única confederação sindical poderia, na verdade, ser controlada por um único partido político:

"(...) em Janeiro de 1975, rompeu um conflito amargo à volta da tentativa do Partido Comunista Português para consagrar na lei o papel monopolista do Partido no mundo sindical. O 'PCP' procurava fazer da Intersindical dominada pelos comunistas a única confederação sindical legalmente permitida" ([41]).

Assim, proclamava-se que

"Mário Soares reivindicava uma estrutura sindical pluralista que impedisse que o sindicalismo português se tornasse uma mera correia de transmissão de directivas partidárias!" ([42]).

A Constituição de 1976 não consagrou, de facto, os princípios da unicidade sindical. Acalmada a poeira do período revolucionário, o Partido Socialista foi eleito para governar. O seu projecto nesta data era o estabelecimento da democracia pluralista em Portugal, no mínimo em termos do funcionamento das suas instituições. O projecto alternativo de "Portugal em transição para o socialismo" expressado de maneiras diferentes por "alfabetização" e "poder popular" era, assim, gradualmente banido; pelo menos, aquelas formas e conteúdos que mais genuinamente o simbolizavam foram excluídos da área do Estado. O anterior Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, reflectindo sobre a sua experiência como chefe de quatro governos provisórios durante o período revolucionário, e portanto como principal porta-voz de uma possível versão do "projecto alternativo", expressou da seguinte maneira o emurchecer do projecto "socialista":

"A experiência dos Governos Provisórios (excluíndo o VI) mostrou que é possível a Portugal praticar uma política de independência nacional (o Artigo 7º da Constituição de 1976 prevê a 'abolição de todas as formas de imperialismo (...) e a criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos'; o Artigo 9º, secção a), diz que uma tarefa 'fundamental' do Estado é 'garantir a independência nacional e criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam'). Provam-no as transformações profundas operadas nas estruturas económico-sociais, o processo de descolonização, a abertura e desenvolvimento das relações de Portugal com os países socialistas e os países do Terceiro Mundo. Prova-o, ainda, pela negativa, o facto de os governos da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, dos países da CEE e da EFTA, só após a queda do V Governo terem considerado haver condições políticas favoráveis para acordos com o Governo Português" ([43]).

De facto, o projecto de um Portugal pluralista baseava-se numa concepção alternativa de independência nacional, centrada no fortalecimento das instituições democráticas de tipo ocidental:

"Numa altura em que Portugal está perante uma crise de identidade provocada por quinhentos anos de frustrações coloniais e largos

períodos de obscurantismo político, a integração do país na Comunidade Europeia como membro de pleno direito é muito mais do que uma via conducente ao crescimento económico. Trata-se de uma aventura capaz de unir as forças democráticas na tarefa de preparar o futuro que se pretendia mais livre e próspero para todos os Portugueses" ([44]).

É à luz destes dois "projectos" e das suas concepções alternativas conflituais sobre a independência nacional que terá de perspectivar-se a formação dum sindicato de professores a partir do período revolucionário.

Resumindo: começámos por afirmar que a criação dum sindicato de professores em Portugal depois do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 se iniciou nas próprias escolas dando continuidade à actividade e organização dos Grupos de Estudo durante os primeiros anos da década de setenta. Tal actividade e organização foi hegemonizada pela corrente mobilizadora que designámos por "alfabetização". Simultaneamente, contudo, o "poder popular" estabeleceu-se rapidamente como a categoria dominante da actividade de mobilização **dentro das escolas.** O "poder popular" produziu uma crítica virulenta àquilo que considerava ser a tendência excessivamente centralizadora da "alfabetização" - uma tendência baseada mais no objectivo de ocupação do poder do que na sua construção. Para cumprir este último objectivo, o "poder popular" começa por delimitar os objectivos e a acção da "escola socialista". Em parte como resposta ao "poder popular" e, por outro lado, como resultado da sua própria lógica, a "alfabetização" concentrou a sua actividade na **consolidação** das transformações conseguidas pelo golpe dos capitães e pela ampla resposta popular que o acolheu. Concebeu assim a sua actividade principalmente como o assumir, ou no mínimo influenciar, os poderes centrais de decisão.

Com o fim do período revolucionário e o esgotamento do projecto que encarava "Portugal em transição para o socialismo", segue-se um período de "normalização" ([45]). Os vitoriosos do período revolucionário, isto é, os partidos políticos defensores da democracia pluralista de estilo ocidental, iniciam o restabelecimento do poder do Estado em todos os níveis e sectores das instituições estatais. Este processo conduziu à completa marginalização do "poder popular" (uma força já desgastada no final do período revolucionário) e, como reacção contra a "normalização", levou à consolidação no sector educativo da dominação da corrente de "alfabetização" nas principais organizações sindicais dos professores.

A redução da autoridade do Estado na educação durante o período revolucionário conduziu ao incremento da autonomia dos professores nas actividades de ensino (concretizada, por exemplo, no novo regime de gestão democrática das escolas) ([46]). Como resposta à "normalização" e às suas tentativas para regulamentar a autonomia

dos professores, estes adoptam, através das suas principais organizações sindicais, uma estratégia de "profissionalismo", isto é, valorizam a importância de um conhecimento especializado particularmente na formação de professores e na gestão escolar. Esta estratégia pretendia, por um lado, a legitimação da autonomia recentemente adquirida e, por outro lado, a refutação de acusações que lhes haviam sido dirigidas pelos arquitectos da normalização ([47]). A preocupação do regime democrático com o restabelecimento da autoridade estatal teve como efeito a negação do profissionalismo dos professores, enquanto uma possível ideologia do Estado. Neste sentido, pode sustentar-se que o efeito mais significativo da normalização e o seu discurso culpabilizador-do-professor-pelos-excessos-da-revolução foi fechar as fileiras em oposição ao Estado duma importante porção dos mais activos (militantes) professores do ensino primário e secundário. Naturalmente, esta estratégia de profissionalismo, enquanto actividade contra-estatal, centrou-se nas organizações sindicais que se identificavam com a herança dos Grupos de Estudo.

A CONSOLIDAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS PROFESSORES: O SPGL E O SINDEP

As primeiras eleições para uma "Comissão Directiva Provisória" (em Julho de 1974) foram realizadas em Lisboa. Estas eleições contaram com quase 65% do total do corpo docente, apesar do facto de muitos professores estarem já de férias. O eleitorado destas primeiras eleições era constituído por todos os professores à excepção dos mais comprometidos com o regime anterior (cartões de sócio e pagamento de quotas só vigoraram a partir do final de 1974). A lista vencedora estava conotada com o Partido Comunista Português (sendo representativa dos Grupos de Estudo), embora na perspectiva da corrente do "poder popular":

> "O resultado das primeiras eleições para o sindicato dos professores estava assente num 'equívoco': o grupo vencedor era formado por uma miscelânea de votantes que requeriam a ordem em vez das assembleias das escolas, eram contra o cabelo comprido, a droga e o amor livre, e desejavam a ordem da 'aliança MFA-Povo' e 'a democracia portuguesa em transição para o socialismo'" ([48]).

Nas eleições seguintes, realizadas em Março na cidade de Lisboa e em Abril no Porto, foi vencedora a lista algo conotada com o Partido Socialista. Embora tivesse havido uma redução no número de professores eleitores, mais do que 50% do total do corpo docente participou na votação (o que representava mais do que 75% dos professores sócios). Conflitos no seio da direcção eleita em 1976 levaram à realização de novas eleições em Junho de 1977. Nestas elei-

ções a lista afecta ao Partido Comunista Português readquiriu o controlo e a direcção do movimento sindical.

Não obstante os esforços para evitar o "divisionismo" entre os professores nos anos seguintes à revolução pela corrente mobilizadora "alfabetização", as estratégias resultantes de diferentes concepções sobre independência nacional estão agora, também, em conflito quanto ao modo de confrontar a "normalização", o que conduziu em 1978 à ruptura do movimento sindical dos professores. Neste mesmo ano registam-se os primeiros indícios da criação de um sindicato alternativo de professores - sob a influência do aparecimento do movimento da "Carta Aberta" (mais tarde U.G.T.) bem como dos protestos perante o resultado das eleições sindicais daquele ano. Estes indícios foram confirmados no ano de 1980 quando o "Sindicato dos Professores da Zona Norte" rompe com o restante movimento sindical dos professores. Surge posteriormente o "Movimento Sindical Independente dos Professores da Grande Lisboa", que pouco tempo depois vem a denominar-se "Sindicato Democrático dos Professores" (SINDEP) ([49]). Apresentaremos de seguida um breve resumo das posições políticas básicas e das prioridades educacionais do que são, hoje em dia, as duas maiores organizações representativas dos dois "projectos" para a independência nacional acima referidos: por um lado, o projecto ainda muito ligado aos princípios "socialistas" desenvolvidos durante o período revolucionário (embora o objectivo principal seja, presentemente, a própria sobrevivência e debate destes princípios, e menos qualquer expectativa para a sua implantação) e agora articulados pelo SPGL (FENPROF), e, por outro lado, o projecto orientado pela entrada de Portugal na CEE, cujo porta-voz no mundo do ensino é o SINDEP.

O SPGL é, sem dúvida, o principal sindicato de professores em Portugal. Desde 1974, e mesmo antes, se se contar com a actividade dos membros dos Grupos de Estudo, o SPGL tem liderado o processo de definição duma política sindical para os professores, quer em ligação com outras "zonas" em concordância com a sua liderança e política prosseguidas, quer ainda enquanto pólo de oposição em relação ao qual outros potenciais sindicatos poderiam começar a definir as suas próprias posições. De forma consistente, o SPGL tem marcado o tom em todos os debates sindicais sobre educação desde a sua concepção, tem manifestado em diversas ocasiões a sua capacidade efectiva de mobilizar grande número de professores e tem contribuído não só criticando, mas também influenciando, as decisões tomadas sobre política educativa ao nível do governo central ([50]).

Quais são os objectivos principais do SPGL para a educação portuguesa? Um documento baseado num balanço do Primeiro Congresso Sindical dos Professores da Grande Lisboa realizado em Março de 1981 ([51]) dá-nos ideia das principais preocupações e objectivos do sindicato. Para este, as três áreas prioritárias são: 1) a democratização da escola e a melhoria da qualidade de ensino; 2) a valorização da profissão; e 3) o reforço da capacidade dos professores para

desenvolver a acção sindical. Todas estas áreas devem ser compreendidas nos seus contextos histórico e político, que viemos salientando ao longo deste artigo, e enquadradas nos princípios que orientaram o Congresso de 1981:

> "A existência do movimento sindical docente é uma expressão do livre exercício do direito de associação, conquistado e tornado possível com o 25 de Abril.
>
> A acção do SPGL está indissoluvelmente ligada ao complexo processo de luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho dos professores e da sua situação profissional, por um ensino melhor e democratizado e pela defesa da liberdade e da democracia no nosso País.
>
> O 1º Congresso do SPGL (...) constitui um momento de grande significado para os professores e para o ensino, e uma importante expressão do desenvolvimento do sindicalismo docente no Portugal democrático.
>
> Após 4 dias de sessões, precedidas de preparação nas escolas de todos os graus e sectores de ensino da Zona da Grande Lisboa, o Congresso pronuncia-se pelo desenvolvimento da acção sindical em defesa da democratização da escola e da elevação da qualidade do ensino e pela valorização da profissão docente" ([52]).

Mais genericamente, o SPGL sustenta que a educação em Portugal é um sector em "crise global". As expectativas criadas pela revolução não foram cumpridas. E isto porque: a) tem havido uma deficiente expansão do sistema escolar (20% da juventude não conclui os seis anos de escolaridade obrigatória - a mais baixa escolaridade da Europa - e 45% não completa o nono ano de escolaridade); b) o sistema educativo está desajustado às necessidades de desenvolvimento económico e social do país (67% dos jovens não continuam os seus estudos para além do nono ano e há pouca ou nenhuma formação profissional - acresce ainda que apenas 8 a 10% dos jovens prosseguem para graus de ensino superior); c) as taxas de insucesso escolar são extremamente elevadas.

As razões da crise, segundo o SPGL, são quase cinquenta anos de Salazarismo,

> "A ausência de liberdade repercutia-se na profissão de forma aguda, contrariando a própria natureza do acto educativo, essencialmente libertador e criativo" ([53]),

bem como as perturbações que subsistem e os objectivos não atingidos durante o período revolucionário, e mais ainda, o que é designado como "uma política de educação restritiva, autoritária e incompetente" iniciada pelo primeiro Ministro da Educação do novo regime constitucional chefiado posteriormente pelos outros ministros da educação ([54]).

Como prova desta "política negativa", o SPGL invoca quantitativos das despesas de educação (numa altura de acordos com organizações internacionais como o Banco Mundial e o FMI) as quais mos-

tram um decréscimo das despesas neste sector de 19% em 1976 para 13% em 1978 ([55]).

Finalmente, para contrariar a política educativa conservadora, o SPGL motiva o professor para que se assuma como um agente interventor activo no sistema de educação. Por outras palavras, o professor **deveria** ser dedicado e militante, particularmente na defesa das conquistas da revolução (das quais a mais importante, para além da liberdade de associação, é a gestão democrática das escolas). Em suma, o SPGL defende um tipo de organização sindical que garanta promover ao mais alto grau a "democracia directa" e a "ampla participação do professor": baseada na existência do Conselho Directivo, da Assembleia Geral, da Associação de Delegados eleita em todas as escolas, zonas ou concelhos (no caso do ensino primário).

O projecto sindical alternativo para os professores, amplamente baseado na organização SINDEP sediada em Lisboa, destaca sobretudo a sua natureza "democrática", em oposição ao SPGL "não democrático" e "dominado pelo Partido Comunista". Enquanto o SINDEP abertamente declara a sua filiação na UGT (pressupostamente uma confederação sindical "democrática"), o SPGL tenta disfarçar a sua filiação **de facto** na CGTP-IN.

O SINDEP declara como orientações principais da sua actividade enquanto sindicato de professores: 1) os problemas de identidade nacional resultantes do fim da "época colonial" (e, como vimos, a entrada de Portugal na CEE como solução para este problema); 2) a subordinação do poder económico ao político, e deste ao acto eleitoral (actividade sindical baseada nos direitos individuais); 3) um pacto social com o governo (de acordo com as convenções da O.I.T. que reconhecem as organizações de trabalhadores como parceiros sociais); 4) a reforma do sistema de segurança social (incluindo o financiamento correcto dum sistema nacional de saúde); 5) a aceitação e defesa do princípio da escolha na educação; e 6) preocupações ecológicas ([56]). O SINDEP, como o SPGL, considera como objectivo imediato e fundamental a valorização da dignidade e prestígio dos professores. De acordo com este objectivo, o SINDEP sustenta que o não-reconhecimento da existência de duas perspectivas e práticas conflituais dentro do sindicalismo dos professores em Portugal tem enfraquecido o poder negocial dos professores nos anos da pós-revolução.

A Constituição de 1976 reconhece o papel dos sindicatos na defesa dos direitos e promoção dos interesses dos trabalhadores que eles representam. Reconhece ainda o papel dos sindicatos na elaboração da política sindical. Quer o SPGL quer o SINDEP têm sido reconhecidos, embora não oficialmente, como os legítimos interlocutores dos professores. No caso do SPGL, isto acontece devido à força organizacional do sindicato e, ainda, dada a inegável influência do mesmo entre os professores (isto é, o sindicato revela uma capacidade real de intervenção), enquanto o SINDEP tem adoptado um projecto de sociedade próximo do próprio projecto governamental, facto que contribuiu para a sua aceitação, enquanto representativo de um

certo sector de opinião entre os professores. O problema para o SINDEP é que, tanto o processo como o contexto da relação entre o Estado e o sistema de educação tendem a favorecer a actividade militante de oposição por parte do SPGL. Num período marcado pela estagnação económica, com um sistema de educação aparentemente num estado de retracção, a reivindicação de modernização, implícita num programa que reclama a entrada de Portugal no Mercado Comum, encontra grande dificuldade em obter alguma resposta. Acresce ainda que a tensão permanente que existe entre o aparelho de Estado da educação e o conteúdo da sua prática ([59]) é exacerbada devido ao aparentemente interminável processo de "normalização" que é marcado pelo controlo burocrático dos professores. A resistência a este processo por parte dos professores caracteriza muito claramente a actividade do SPGL. O SINDEP, por outro lado, encontra-se numa contradição entre o estimular e apoiar o processo de normalização e o reclamar-se de representante da resistência dos professores à crescente regulamentação estatal.

Analisando o profissionalismo dos professores em Portugal, o argumento de Lawn e Ozga ([60]) aparece como o mais adequado: o "profissionalismo" é um conceito complexo que "envolve contradições e significados historicamente específicos". Portanto, a maneira como os diferentes aspectos do sindicalismo e do profissionalismo são adoptados pelos professores dependerá da conjuntura institucional particular, quer económica, quer política, quer ideológica. O que o processo português parece demonstrar é, em primeiro lugar, que o profissionalismo pode ser visto - tal como sugerem Lawn e Ozga ([61]) - como uma forma de desafio ao controlo patronal e/ou estatal do processo do trabalho, mais do que uma responsabilidade pessoal ou de grupo face a um conjunto particular de valores. Certamente o sentido dado pelo SPGL ao conceito de profissionalismo deverá ser analisado neste contexto, o que permite explicar porque é que o regime de gestão democrática nas escolas, uma outra conquista da revolução de Abril, é tão primordialmente defendido no programa do SPGL.

Em segundo lugar, o processo português parece revelar-nos que o Estado pode não "necessitar" ou mesmo "desejar" construir a chamada dicotomia entre profissionalismo e sindicalismo. Os autores britânicos, Finn et. al., sustentam que em Inglaterra o Estado construiu, de propósito e ideologicamente, uma divisão entre a classe trabalhadora e os professores através do conceito de profissionalismo ([62]). Mas em Portugal pode pretender argumentar-se que a repressão do Salazarismo levou o sindicalismo a construir o profissionalismo **enquanto uma estratégia dos professores,** mais do que como uma "ideologia da classe dirigente". Desde a revolução poderá ter sido a dicotomia (construída, pelo menos em parte, pelo Estado) entre "sindicalismo democrático" e "sindicalismo comunista/totalitário" que efectivamente tem preenchido o papel divisionista que noutras circunstâncias ou condições históricas poderia ter assumido a dicotomia (também construída) entre profissionalismo e sindicalismo.

APÊNDICE

SPGL: "Sindicato dos Professores da Grande Lisboa"

A. Nº. total de membros (inicialmente - 1975) = 35. 960
B. Nº. total de membros (até Setembro de 1983) = 35. 106

(A e B incluem todas as pessoas que se fizeram membros do sindicato. Muito deles (40 a 50%) não pagam regularmente as suas quotas. Ver nota 53).

Distribuição segundo o sector de ensino (1983):

			%
1.	Primário	7475	21,3
2.	Preparatório	7929	22,6
3.	Secundário	11652	33,2
4.	Superior	1934	5,5
5.	Outros	688	2,0
6.	Particular	4194	11,8
7.	Desconhecidos	1234	3,5

Notas:

- "outros" = professores de ensino à distância
- "desconhecidos" = professores que mudaram a sua situação profissional e que não informaram o sindicato.
- "primário" = inclui educadores de infância.
- "particular" = também inclui educadores de infância, mais professores do ensino primário, preparatório e secundário.

NOTAS

(1) Este tema é desenvolvido com algum pormenor em Stephen R. STOER (1983), *The April Revolution and the Contribution of Education to Changing 'Portuguese Realities'*, tese de Ph. D. em Sociologia da Educação, The Open University, Inglaterra (a ser publicada, em 1985, pelas Edições Afrontamento, Porto).

(2) Gostaríamos de assinalar o contributo de Helena Araújo relativamente a perspectivas interessantes sobre os professores portugueses e as suas estratégias de profissionalismo. Ver, além do artigo de Helena Araújo incluído neste número, H. ARAÚJO (1982), *Towards an Analysis of Social Class and Ideologies in Portuguese Teachers*, tese de Mestrado, Institute of Education, Universidade de Londres, Inglaterra. Ver também Aires Antunes DINIZ e Friedrich O. WOLF (1978), "Opções Políticas dos Professores e Sindicalismo", *Vértice*, nºs. 404/405, pp. 52-89.

(3) Ver José Gomes BENTO (1978), *O Movimento Sindical dos Professores - finais da Monarquia e a Primeira República*, Lisboa, Editorial Caminho, p. 16.

(4) Ver Aurea ADÃO (1981), *La Condition des Instituteurs Portugais, 1901-1951*, tese de doutoramento de 3º Ciclo em Ciências de Educação, Universidade de Bordéus II, que faz extensa referência a publicações do âmbito da educação durante este período.

(5) Ver Stephen STOER (1982), *Educação, Estado e Desenvolvimento em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, capítulo 2.

(6) José Gomes BENTO, 1978, p. 94.

(7) Um balanço satisfatório dos professores e das suas organizações durante este período tentaria, naturalmente, contextualizar a luta daqueles em termos do movimento de trabalhadores portugueses nos anos vinte. Como obras que contribuem para este projecto, ver J. Gomes BENTO, 1978, acima citado; António CANDEIAS (1981) "Movimento Operário Português e Educação (1900-1926)", *Análise Psicológica*, II, (1), Julho/Agosto/Setembro; M. F. MONICA (1980) "Ler e Poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX", *Análise Social*, nº 63; Aurea ADÃO, 1981, acima citado; e Rogério FERNANDES (1983) "António Sérgio, Ministro da Instrução Pública", separata "António Sérgio", número especial de *Revista de História das Ideias*, vol. 5, Faculdade de Letras, Coimbra.

(8) O sector privado foi autorizado depois de 1933 a organizar "sindicatos nacionais", mas mesmo estes foram obrigados a obedecer a regras de organização corporativista. Segundo Howard WIARDA, estas regras incluíam um controlo governamental total sobre o sindicalismo e sobre os mecanismos de negociação colectiva de trabalho. Isto significava que o Estado atribuía os fundos, controlava as eleições, nomeava os seus dirigentes, estabelecia os salários, etc. Ver Howard WIARDA (1977), *Corporatism and Development the Portuguese Experience*, Amherst, Universidade de Massachusetts, pp. 260-269.

(9) Princípios delineados no programa da *União Nacional*, de 1934.

(10) Ver M. Filomena MONICA (1978), *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Presença, p. 180.

(11) No ano de 1940 as *regentes escolares* representavam 18% do total do corpo docente do ensino primário - e ganhavam menos que o pessoal auxiliar. Ver Luísa CORTESÃO (1982), *Escola, Sociedade/Que Relação?*, Porto, Edições Afrontamento.

(12) MONICA, 1978, p. 186.

(13) CORTESÃO, 1982, pp. 85-86; também MONICA, ibidem.

(14) MONICA, 1978.

(15) E isto à luz do facto de que, apesar da repressão do Estado Novo acima referida, houve nesta altura pouca acção repressiva quer a nível legal quer físico por parte do regime salazarista contra os professores com funções de liderança nas organizações sindicais depois do derrube da República. Do mesmo modo não houve uma substituição em larga escala dos professores nas escolas.

(16) Ver MONICA, 1978.

(17) MONICA, 1978. Por "guia de opiniões", Mónica refere-se obviamente à noção republicana do professor como "missionário de modernidade".

(18) O que não quer dizer que as mulheres foram melhor tratadas pelos Republicanos; estes consideravam que as mulheres não eram apropriadas para o ensino devido "ao seu temperamento e constituição física" (...) que "as tornavam incapazes de propagar 'ideias justas', combater vícios e preconceitos, e estimular a vida local" (MONICA 1978, pp. 209-210). Mónica, contudo, não põe em questão a evidência sobre "a natureza naturalmente conservadora das mulheres" durante este período - o seu argumento parece basear-se principalmente nas atitudes masculinas então dominantes. Gostaríamos de sugerir que os efeitos da feminização da profissão de professor e a sua relação com o sindicalismo precisam de ser desmistificados e portanto reexaminados (à semelhança do que está a acontecer neste momento em Inglaterra

- ver, por exemplo, Jenny OZGA (1981), *E353 Society, Education and the State, Unit 14*, Milton Keynes, The Open University Press).

(19) Acrescenta-se que o regime era **forçado** a competir com uma oposição que tinha cada vez mais voz, embora em grande parte clandestina ou semi-clandestina.

(20) Embora o argumento seja complexo demais para ser tratado aqui, tem sido sugerido que o aumento da população escolar entre 1960 e 1970 era, em grande parte, devido a mudanças na estrutura de classes portuguesa. Ver, por exemplo, Sérgio GRACIO (1982) "Escolarização e Modos de Integração na Formação Social Portuguesa (1950-1978)", *Análise Psicológica*, 4, série II, Abril/Maio/Junho.

(21) As mudanças no corporativismo português, os efeitos das guerras africanas e a relação da educação com o Estado durante os anos cinquenta e sessenta são tratados em várias obras, algumas das quais são reunidas em STOER 1893, acima citado.

(22) A. Reis MONTEIRO (sem data), *Educação, Acto Político*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 167.

(23) Do documento do Primeiro Congresso do Sindicato dos Professores de Grande Lisboa (SPGL), *A Escola e os Professores na Sociedade Portuguesa: Resolução*, Março de 1981.

(24) Ver José Veiga SIMÃO (1970), *Batalha da Educação*, discurso do Ministro da Educação Nacional, M.E.N..

(25) Segundo Rui Grácio, os Grupos de Estudo tinham uma rede bem organizada e extensa, dois factores que preocupavam consideravelmente o regime. Ver R. GRACIO (1983), "O Congresso do Ensino liceal e os grupos de estudo do pessoal docente do ensino secundário: uma alternativa sob o Caetanismo", *Análise Social*, vol. XIX, nºs 77, 78, 79, pp. 757-791.

(26) Citado em MONTEIRO, *op. cit.*, p. 175 (sublinhado no original).

(27) R. GRACIO, *op. cit.*

(28) Ver MONTEIRO, *op. cit.*, p. 211.

(29) M. E. Brederode SANTOS (1981) "Inovação Educacional", in M. SILVA e M. I. TAMEN (coords.), *Sistema de Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 395.

(30) Manuel LEITE (1980), "Em Defesa da Gestão Democrática", *A Escola*, p. 5.

(31) Segundo *Cadernos: Educação, "Os Sindicatos de Professores: uma conquista de Abril"*, documento do Partido Comunista Português.

(32) R. GRACIO, *op. cit.*, p. 786, também p. 789.

(33) Wini BREINES (1980) "Community and Organization: The New Left and Michels' 'Iron Law'", *Social Problems*, vol. 27, nº 4, Abril.

(34) "Eventualmente", porque durante o primeiro ano da revolução havia um apoio considerável, particularmente entre sectores do Partido Socialista, para versões modificadas de "alfabetização" e/ou "poder popular".

(35) "Contra a Escola Capitalista" (1978), *A Política na Escola*, Lisboa, O Armazém das Letras, pp. 56-58.

(36) *Cadernos: Educação..., op. cit.*

(37) Alvaro CUNHAL (1976), *A Revolução Portuguesa: O Passado e o Futuro*, Lisboa, Edições Avante, p. 44. Sobre o estado da actividade sindical durante o regime salazarista e particularmente durante a sua última década, ver Mário PINTO e Carlos MOURA (1972), "Estruturas Sindicais Portuguesas: Contributo para o seu Estudo", *Análise Social*, vol. 9, nº 33, pp. 140-190; ver também H. WIARDA, op. cit..

(38) Serafim FERREIRA (coord.) (1975), *MFA, Motor da Revolução Portuguesa*, Lisboa, Diabril, pp. 305-308.

(39) Ibid.

(40) A. CUNHAL, *op. cit.*, p. 66.

(41) Tom GALLACHER (1983) *Portugal: a twentieth-century interpretation*, Manchester, Manchester University Press, pp. 208-209.

(42) Ver GALLACHER, *ibid.*, p. 209.

(43) Vasco GONÇALVES (1977) *Discursos, Conferências de Imprensa, Entrevistas*, Lisboa, Seara Nova, p. 41.

(44) Carlos Rosa FERNANDES (1978) "Portugal and the Economic Community: some reflections on the Free Trade Agreements", assistente principal, Secretariado para Integração Europeia no *Boletim EFTA*. Jaime Gama "declarou no Parlamento: 'a construção da Europa é o alvo das forças democráticas deste país, e só se lhes opõem aquelas correntes que, devido a um manifesto obscurantismo, não acreditam no futuro democrático e europeu do nosso país'" - ver J. Cândido de AZEVEDO (1978), *Adesão de Portugal à C.E.E.*, Lisboa, Editorial Império, pp. 282-283.

(45) "Normalização" é discutida com maior profundidade em S. STOER, 1983, *op. cit.*.

(46) Ver S. STOER, *ibid.*, especialmente capítulo 3.

(47) H. ARAÚJO desenvolve este argumento no trabalho acima citado. O âmago do seu argumento é que os funcionários do Estado "podem utilizar elementos específicos de profissionalismo (como ideologia) com outros objectivos que não a legitimação duma dada estrutura social".

(48) *Contra a Escola Capitalista*, *op. cit.*, p. 58. Ambos os *slogans* referidos na citação tiveram origem no MFA e foram apropriados pelas correntes de "alfabetização" (facto que explica parcialmente a oposição por parte da corrente "poder popular").

(49) Apesar de reivindicar a filiação de 20.000 membros da área de Lisboa e Sul, não conseguimos recolher quaisquer comprovações ou estatísticas precisas por parte do SINDEP, não obstante as repetidas insistências. Presentemente, o SINDEP faz parte da chamada "Federação Nacional de Sindicatos de Professores", que inclui outros sindicatos de professores de tendências semelhantes (por exemplo, o SPZN, "Sindicato de Professores da Zona Norte"). É, de facto, difícil obter informação ou estatísticas sobre a actividade sindical dos professores fora da área de Lisboa, o que explica o tratamento preferencial da situação na área de Lisboa neste artigo. As estatísticas seguintes foram apresentadas pelo SPGL (por referência a "Federação" alternativa FENPROF) (ver também o apêndice 1 para uma informação estatística mais pormenorizada referente ao SPGL). FENPROF: SPA - Açores - fundado em 1978 - nº de professores: 2500 - com quotas pagas: 1400; SPE - Europa - 1980 - nº de professores: 700 - com quotas pagas: 350; SPGL - Lisboa - 1974 - nº de professores: 39 058 - com quotas pagas: 16 780; SPM - Madeira - 1975 - nº de professores: 2 350 - com quotas pagas: 1245; SPRC - Coimbra/ /Centro - 1974/1982 ('reorganizado') - nº de professores: 15.000 - com quotas pagas: 2800; SPZS - Sul - 1975 - nº de professores: 7203 - com quotas pagas: 2980. (A zona norte foi 'reorganizada' recentemente, não se dispondo de informações sobre isso).

(50) O SPGL convocou uma greve durante os meses de Fevereiro e Março de 1978, e Abril e Maio de 1980. Em ambos os casos o SPGL declarou que a maioria dos seus membros respondeu à greve e que a política governamental foi afectada. Menos sucedida foi a participação do sindicato na "greve geral" convocada pela CGTP-IN no mês de Fevereiro de 1982.

(51) Ver SPGL, documento *(...) Resolução, op. cit.*.

(52) *Ibid.*, p. 3. É interessante observar que em todos os documentos do SPGL se refere persistentemente a divisão trabalhadores/patronato.

(53) *Ibid.*, p. 17.

(54) O SPGL afirmou em 1978 que o Ministério da Educação queria pôr em questão o direito à greve por parte dos professores (através do Despacho 9/78 de 31 de Janeiro). A greve acima referida, em Fevereiro e Março de 1978 (ver nota 50), a primeira greve de professores depois de mais de meio século, foi a resposta dos professores (do SPGL).

(55) *(...) Resolução, op. cit.*, p. 6.

(56) Ver *O Jornal do Primeiro Congresso do SINDEP*, Abril de 1982: "Declaração de Princípios", p. 2.

(57) A *Constituição da República Portuguesa*, 1976, Artigo 58.
(58) Segundo porta-vozes de ambos os sindicatos, os governos em Portugal não têm ainda reconhecido, isto é "regulamentado", a adopção do estatuto de parceiro colectivo da O.I.T.
(59) Para uma análise desta tensão, ver Roger DALE (1981), "Education and the Capitalist State: Contributions and Contradictions", in M. APPLE (coord.), *Culture and Economic Reproduction in Education*, Londres, Routledge and Kegan Paul.
(60) Martin LAWN e Jenny OZGA (1981), "The Educational Worker? A Reassessment of Teachers", in L. BARTON e S. WALKER (coords.), *Schools, Teachers and Teaching*, Barcombe, The Falmer Press, p. 47.
(61) *Ibid.*
(62) Ver D. FINN, N. GRANT e R. JOHNSON (1977), "Social Democracy, Education and the Crisis", *Working Papers in Cultural Studies 10*, Universidade de Birmingham, Inglaterra.

OUTRA BIBLIOGRAFIA:

GRACIO, Rui (1973) *Os Professores e a Reforma do Ensino*, Lisboa, Livros Horizonte

MARTINS, Hermínio (1971), "Portugal - 2" in M. ARCHER e S. GINER (coords.) *Contemporary Europe, Class, Status and Power*, Londres, Wiedenfeld and Nicholson

PINTO, Cabral (1971), *Escolas do Magistério, Reforma e Contra-Reforma*, Cadernos O Professor, 6

SAMPAIO, J. Salvado (1977), *O Ensino Primário 1911-1969, Contribuição Monográfica, Vols. I, II, III*, I.G.C. (C.I.P.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.